

## OBSERVAÇÕES SOBRE A REUNIÃO COM DIRIGENTES DA REDE GLOBO

Este é um registro do encontro de uma equipe de assessores do PT com dirigentes das organizações Globo, realizado no dia 12 de julho de 1994, na sede do grupo, em São Paulo, das 15h às 18h. O objetivo do encontro foi ouvir uma exposição dos dirigentes deste grupo empresarial tratando dos seguintes temas: comunicação e diversidade; comunicação e tecnologia; panorama do vídeo no mundo; exame dos grandes grupos internacionais de comunicação; panorama sobre a mídia no Brasil. Participaram, na equipe indicada pelo PT: Marco Aurélio Garcia, Oded Grajew, Irma Passoni, Armelindo Passoni e Daniel Herz. Pela Globo participaram Evandro Guimarães, Diretor da Central Globo de Afiliadas e Expansão; Antônio Athayde, Diretor-Presidente da Net-Brasil e André Mendes, assessor da Net-Brasil. O encontro foi justificado pela disposição da Globo em apresentar análises e informações sobre a área das comunicações que pudessem contribuir para a elaboração do programa de governo do PT, já que o capítulo sobre comunicação deste programa (versão preliminar publicada para debate no encontro nacional), segundo eles, apresentava insuficiências e falta de domínio de informações elementares sobre esta área.

Além da fixação de aspectos relevantes do encontro, é objetivo deste registro apontar alternativas para a superação do taticismo e preparem o partido para a deflagração de ações estratégicas em relação às organizações Globo. Devido a importância deste grupo empresarial, acreditamos que a definição de uma abordagem estratégica, indo além do dogmatismo e do utilitarismo, poderá ter reflexos importantes tanto sobre a campanha para a presidência, como para a governabilidade do Brasil presidido pelo nosso candidato. Neste sentido, examinaremos dois tópicos: a identificação de cenários para explicar o significado da conduta da Globo em relação ao PT e algumas hipóteses sobre o sentido que as relações com a Globo poderiam ter para um governo do PT.

### 1. DOIS CENÁRIOS

A análise da conduta das organizações Globo em relação ao PT, neste processo eleitoral, possibilita a construção de dois distintos cenários, aqui caracterizados em suas feições extremas:

a) trata-se de uma grande jogada de contra-informação, com uma encenação montada por um adversário astucioso e inteligente que visa desmobilizar o PT em relação à Globo, acalmar sua direção, desarmar as forças de esquerda e evitar um processo de denúncias agudas e críticas em relação a seus procedimentos passados (inclusive a intervenção direta nas eleições de 89); com isto se criariam condições para que, no momento oportuno, fossem desferidos golpes decisivos para abalar ou desmoralizar a candidatura Lula;

b) a Globo está abrindo mão de dogmas liberais e está procurando legitimar-se junto a uma candidatura de esquerda que considera viável - ou talvez inevitável - e, para subsistir como empresa, necessita novas bases de legitimação e relacionamento tanto com o poder executivo como com a esquerda e setores da sociedade civil; neste caso, a Globo estaria constituindo um *modus vivendi* com um governo de esquerda e reciclando-se em suas práticas políticas e mesmo empresariais.

No momento, não temos informações suficientes e condições para concluir uma análise que descarte qualquer um dos dois cenários ou, até mesmo, permita uma formulação híbrida, que reuna, simultaneamente, traços dos dois cenários.

Devemos continuar trabalhando com estes dois cenários até que surjam elementos capazes de fundamentar uma elaboração mais consistentes.

Queremos ressaltar o entendimento de que estes dois cenários não são excludentes. A Globo pode estar manobrando, simultaneamente, nos dois sentidos, para definir, no momento que considerar apropriado, uma inflexão final da sua posição.

O evidente objetivo da Globo é ter assegurada sua condição de subsistência, preferencialmente com a manutenção do seu status. Isto pode ser alcançado - na perspectiva da Globo - com a manutenção do <II>status quo ou com alterações que lhe sejam suportáveis.

Caso se trate de uma manobra diversionista - escondendo a real intenção de golpear a candidatura Lula - isto significa que a Globo acredita que o PT representa uma ameaça insuportável e que a Globo só subsistirá com a manutenção pura e simples do status quo.

Ora, sabe-se que para tornar plausível a manobra diversionista, esta deve ser amparada em elementos de realidade que lhe dêem aparência de consistência como, por exemplo, a atitude francamente favorável à negociação da TV a Cabo, a manifestação de assumir uma postura neutra no noticiário, a disposição de entabular conversações, etc.

Ao produzir os elementos de credibilidade à sua manobra diversionista, o fato é que a Globo está protagonizando uma aproximação. Temos, então, um campo propício para responder à contra-informação, combatendo a mentira com a verdade. Isto é, respondendo à incredulidade da Globo com uma solução para o problema da sua convivência com um governo do PT e da sua subsistência, em troca de alterações no status quo que lhe sejam suportáveis e que correspondam ao interesse público.

Sempre raciocinando no cenário da manobra diversionista, responderemos à contra-informação com uma ação estratégica, procurando atuar sobre os elementos que foram criados pela própria Globo para tornar plausíveis seus movimentos e viabilizar o engodo. O objetivo é transformar estes elementos de farsa em elementos de potência para criar uma nova realidade, mostrando para a Globo que aquilo que eles consideram impossível, é possível, isto é, há viabilidade de conviver com um governo do PT, realizando um jogo com "soma acima de zero". Isto é, ao invés de um perder e outro ganhar, todos ganham. Devemos tentar mostrar que é possível um reequacionamento das relações da Globo com a sociedade e com o Estado, o que lhe permitirá subsistir e ter requalificado o seu papel social.

Queremos ressaltar que mesmo sendo o objetivo da Globo, mais uma vez, impedir a eleição de Lula, cabe a nós uma ação estratégica visando instrumentalizar a melhor possibilidade que consideramos para nós, para a própria Globo e para o país, que é a da cooperação. Caso não sejamos bem sucedidos nesta intenção, afinal, esta tentativa nos dará estatuto político e moral para um confronto com a Globo, se não houver outra saída. Sem um enfoque estratégico, entretanto,

tenderemos a acabar optando entre a ação impotente e até certo ponto ingênua, como ocorreu em 89, ou afirmando uma disposição de destruição que sequer está ao nosso alcance.

Esta abordagem também se aplica numa situação de dúvida, da parte da Globo. E, finalmente, no caso de se confirmarem os indícios hoje mais evidentes, que apontam para uma predisposição da Globo para uma cooperação, não devemos perder tempo.

Nas próximas semanas, seguramente teremos condições de descortinar um quadro mais claro, através da análise de diversos processos em curso: os desdobramentos da "dança das pesquisas"; o conteúdo da nova novela da Globo, que tem a intenção explícita de intervir na conjuntura; a evolução das negociações sobre TV a Cabo (votação do projeto na Câmara) e a composição do Conselho de Comunicação Social, entre outros.

Nos tópicos seguintes alinharemos alguns elementos de análise e avaliação que podem contribuir para a definição da abordagem estratégica aqui proposta em relação às organizações Globo.

## 2. AS TENSÕES GLOBO EMPRESA X GLOBO PARTIDO

Um dos motivos do sucesso empresarial das organizações Globo é ter atuado, quase desde o seu surgimento, como um "partido real", uma potência dotada de projeto e capacidade de representar publicamente este projeto.

Além dos objetivos propriamente empresariais, desde a decolagem deste grupo, do início da década de 60, havia finalidades políticas que permeavam suas práticas e orientavam seus objetivos. Nesta trajetória ressaltamos o esforço de penetração sistemática do capital norte-americano na América-latina, representado pela injeção de recursos efetuada pelo grupo Time-Life; as relações cooperativas, mas também tensas, da Globo com o regime militar; a sua plena inserção dentro no projeto de desenvolvimento da economia de mercado perseguida pelos governos militares e a sua contribuição para o alcance do objetivo de integração nacional; a sua progressiva autonomização em relação aos objetivos do regime militar; o exercício de um crescente intervencionismo no processo político do país que se dá, especialmente, a partir da década de 80, com o declínio do regime militar.

Sobre o intervencionismo político da Globo, não nos esqueçamos da sua folha corrida, que inclui participação num processo de fraude eleitoral, em conluio com o SNI, como aconteceu em 82, até a decisiva intervenção admitida pelo próprio Roberto Marinho, nas eleições de 89. Aliás, entendeu-se nesta admissão de Marinho - realizada perante o próprio Lula num encontro público realizado em 1992 - uma confissão de culpa em relação à manipulação da edição do Jornal Nacional, mas suas ações foram muito além. Especialistas demonstram que, entre outros recursos, novelas foram sistematicamente mobilizadas para intervir sobre o imaginário popular e produzir um quadro psicossocial favorável à realização do seu projeto. É com uma força deste porte e capacidade de articulação que estamos lidando.

A Globo foi, progressivamente, afirmando-se como partido, em decorrência de alguns traços típicos da vida pública no Brasil, permeados pelo patrimonialismo, pelo cartorialismo e pelo corporativismo. Beneficiou-se das práticas de indivíduos que ocupam postos no aparelho de Estado gerindo como se fossem recursos à sua disposição, com uma desenvoltura na afirmação de

particularismos exacerbados que, não raro, chegam até à corrupção. Este grupo empresarial também avançou no contexto de um mercado com relações burocratizadas por regulamentos e práticas administrativas que, movidas por interesses particulares cristalizados, cerceiam a competição e tratam os empreendimentos privados como algo que, necessariamente, deve ser patrocinado pelo Estado. A Globo também é o resultado de uma bem sucedida capacidade de manobrar na utilização do segmento empresarial da área da comunicação como escudo para a sustentação de um projeto que, no fundamental, beneficia um único grupo.

Todos estes traços da vida e dos negócios públicos no Brasil - patrimonialismo, cartorialismo e corporativismo - desafiaram este grupo empresarial a desenvolver respostas políticas e capacidade de articulação como nenhum outro se propôs. Avaliamos que foram justamente estes objetivos políticos subjacentes à condição empresarial que impulsionaram a Globo a ser um sucesso comercial. Foi a empresa certa - com o tino comercial e político que costuma se atribuir ao seu fundador, o empresário Roberto Marinho - no momento e no lugar certo.

Num país onde o Estado foi progressivamente instituindo a sociedade, inclusive projetando muitas das suas deformações - o sindicalismo e a cultura instituída pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no governo Getúlio são exemplos destas distorções - a Globo surge como um empreendimento privado capaz de absorver responsabilidades próprias do Estado. É assim que uma empresa privada consegue impor a atual "política de redes de televisão" e exercer funções tão amplas e especializadas em relação à cultura. O Estado, assim, pelo menos formalmente, omite-se e se dobra ao que, "de fato", a Globo impõe. Ressalvamos a omissão formal do Estado porque não se sabe até onde podem ter ido as relações subterrâneas e de cooperação com a área de inteligência do governo ou com grupos de poder dominantes.

Para ressaltar um aspecto deste processo, é inegável que a Globo impôs uma competente economia política da comunicação, integrando inteiramente o mercado nacional, apesar das suas limitações com uma infra-estrutura de serviços adequada à via de desenvolvimento baseada na concentração de renda e na oligopolização. Simultaneamente à integração econômica, procedeu-se à integração política e ideológica. É óbvio que este "serviço" se desenvolveu bem à feição dos seus interesses empresariais e partidários mas, sem dúvida nenhuma, foi uma elaboração e uma obra muito competente, que se impôs ao Estado. Sem a concentração de capital numa única agência - com proporções de significado internacional, a Globo é quarta rede privada do mundo, só atrás das quatro redes norte-americanas - não conseguiríamos produzir uma televisão de qualidade, com padrão superior e integrando o país inteiro. O desenvolvimento da televisão brasileira, assim, se confunde com o desenvolvimento da Globo. O desenvolvimento da economia e da cultura do país, de algum modo, também.

Para não pairar dúvidas sobre as dimensões do empreendimento Globo, basta lembrar que a televisão em 1993 absorveu 58,8% de um mercado de mídia de US\$ 2,29 bilhões. Desta "fatia" de US\$ 1,34 bilhões a Rede Globo ficou com cerca de 80%. Isto é, enquanto a Globo ficou com mais de US\$ 1 bilhão, as demais redes rateiam menos de US\$ 270 milhões.

A alta qualidade da televisão brasileira está relacionada, em larga medida, com a qualidade "exagerada" da Globo em tudo o que faz, com investimentos em larga escala em qualidade de produção, segundo reconhecem renomados especialistas e é perceptível, nos seus efeitos, por qualquer telespectador. Este é um dos motivos da exacerbação da importância da televisão no

Brasil. A hipertrofia da televisão ocorre, inclusive, em detrimento de outros veículos. O Brasil apresentou em 1993, por exemplo, o índice de 20 exemplares/dia por mil habitantes, o mais baixo da América Latina. Não se trata apenas de uma decorrência do baixo poder aquisitivo da população. Um país como a Bolívia, por exemplo, com menos da metade da renda per capita brasileira, apresenta mais do que o dobro do número de jornais produzidos no Brasil. A hipertrofia da televisão já é um traço cultural do país. Perverso, em certos aspectos, mas positivo, em outros. Sem dúvida é um dado da contemporaneidade.

Na reunião com os dirigentes da Globo eles mostraram o quanto são cômicos desta posição do grupo. Em determinado momento o Evandro Guimarães disse que a Globo "cobra pouco" pelo que faz. Referia-se ao custo de sua implantação nos mais recônditos cantos do país, fazendo uma cobertura verdadeiramente nacional do mercado. A Globo cobre 99,93% dos domicílios com televisão e está presente em 4.484 municípios. Os demais apresentam os seguintes índices: respectivamente 95,22% e 3.446 municípios, o SBT; 65,43% e 2.406 municípios, a Bandeirantes; 59,06% e 2.352 municípios, a Manchete.

A pergunta que temos de responder é se é indiferente, para o governo do PT e para o país, o destino do grupo que produz televisão com mais qualidade no país e interfere, diariamente, no cotidiano de mais de 70 milhões brasileiros? É indiferente para um governo do PT o futuro de um empreendimento capaz de exportar suas produções para mais de 100 países, assim exercendo a possibilidade de informar a cultura universal de elementos e referências produzidas no Brasil?

A Globo hoje é, provavelmente, o maior fator de integração nacional do Brasil. E talvez seja a grande instituição mediadora do consenso passivo que predomina sobre quase tudo no país.

A partir destas constatações, outras perguntas se impõem: Estamos dispostos a desconsiderar este "fator de integração"? Podemos procurar transformar esta grande agência num instrumento de promoção de um consenso ativo? Devemos tentar fazê-la atuar assimilando os conflitos, refletindo-os de forma plural, e abrindo-se aos agentes de consenso contidos na sociedade, assim assumindo uma mera condição de mediadora e renunciando à condição de "a construtora do consenso"? Queremos mudar o perfil político da Globo, submetendo-a aos interesses do país e criando condições de convivência com sua condição de empresa privada-comercial, ainda que com destaque especial por seu porte?

Formulamos, como exemplo, uma questão ainda mais concreta: ao invés de ter um projeto próprio para a política externa do país, que é afirmado manipulatória e unilateralmente, a Rede Globo se disporá a se relacionar sistematicamente com a sociedade, de modo a ser veiculadora de um debate nacional sobre política externa, resultando numa expressão da diversidade de posições sobre este tema e facilitando o trânsito destas posições entre o Estado e a sociedade? O mesmo poderíamos dizer sobre questões como a das privatizações, da reforma agrária, da revisão constitucional, entre outras tantas questões que a Globo impõe análises, unilateralmente, sobre a sociedade.

Há que se considerar que mesmo com as práticas manipulatórias e partidárias que lhe caracterizaram, a Globo tem que reconhecer o elemento popular, para poder intervir sobre seu imaginário, inclusive as demandas por uma sociedade melhor. Isto torna complexa sua atuação de sentido partidário. O fato de ser empresa, que persegue o lucro, estabelece exigências para obter alcance junto a toda sociedade, bem como trânsito junto a todos os governos. Ao contrário de um

partido tradicional, que pode ser recorrente apenas a si próprio, a Globo precisa manter uma aura de legitimidade e respeitabilidade, e até de suposta neutralidade, só rompida - com a explicitação aberta dos seus interesses - em momentos críticos, que tendem a se tornar mais raros num contexto de liberdade de expressão e de avanço de relações democráticas substantivas.

A possibilidade de questionamento frontal das suas posições e práticas - através da Justiça, da Procuradoria da República ou mesmo da livre expressão de setores sociais - torna a Globo vulnerável e susceptível a ponto de que, sem repensar a dimensão partidária da sua atuação, talvez a Globo se inviabilize como empresa.

Este tipo de questionamento da Globo tem alimentado tensões internas e há muitos indícios de que este grupo empresarial está buscando uma reciclagem.

Caso isto se confirme, um governo do PT poderá ser um grande impulsionador desta reciclagem, apresentando bases para um novo relacionamento desta empresa com o Estado e a sociedade, obviamente sem particularizações e amparado em políticas públicas que valerão para todos, mas que terão significado especial no caso da Globo.

Nas negociações da regulamentação da TV a Cabo chegamos à conclusão de que eles estão dispostos a fazer este equacionamento no plano estratégico, com concessões importantes e que podem levar a transformações revolucionárias na área das comunicações no Brasil. O regime de "contrapartidas" aceito por eles é altamente benéfico para a democracia no Brasil. As organizações Globo, a julgar pelo posicionamento que assumiram nas negociações da TV a Cabo estão se dispondo a aceitar novas relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade.

Outro fato, pouco analisado até agora, e que reforça esta hipótese, é a perda de controle da Globo sobre o Ministério das Comunicações (então travestida na Secretaria Nacional de Comunicações do Ministério da Infra-estrutura) verificada durante o governo Collor. Além do Collor tentar, por diversos modos, montar o seu próprio dispositivo de poder na área da comunicação, constatamos que a Globo teve dificuldades na relação com a burocracia do Ministério.

Na linha da hipótese aqui esboçada podemos ir além. Podemos constatar que nosso governo pode lhes oferecer uma estabilidade e bases de acordo como nenhum outro entre os atuais candidatos. Senão vejamos: com Quécia, terão no governo uma quadrilha e alguém que também já procurou, até desesperadamente, montar um dispositivo de comunicação de alcance nacional (o que irritou muito a Roberto Marinho); com FHC, terão de volta o fisiologismo do PFL. Ambos, especialmente o grupo do PFL, podem até ser encarados como um "pessoal de confiança", mas não tem mais nada a oferecer senão privilégio no varejo. E mais, privilégios que podem ser, cada vez mais, pelo menos no atual quadro institucional, questionados e obstaculizados.

Na verdade, podemos constatar que, sem um reordenamento jurídico da área das comunicações (o Código Brasileiro de Telecomunicações é de 62 e está caduco), sem uma política de redes, sem uma política para as novas tecnologias, tudo será objeto de questionamento, obstrução política e conflagração. Com os episódios da TV a Cabo que os "sensibilizaram" para negociar - envolvendo ações na Justiça, representações junto à Procuradoria da República, bloqueios no Congresso à regulamentação por portarias ou decretos do Executivo - provamos que ninguém imporá nada e ninguém fará nada sozinho.

Adicionalmente ressalte-se que, no caso de uma derrota do Lula, a instabilidade prosseguirá e eles, provavelmente, serão obrigados a aceitar um processo de negociação e busca de acordo. E talvez não se espere do Executivo, do Ministério das Comunicações, colaboração. Ao contrário, o Executivo - nas mãos do quercismo ou do PFL tenderá a se opor a negociações deste tipo, para não perder poder. Novamente invocamos a negociação da TV a Cabo, diante da qual o Ministério das Comunicações está assumindo esta posição. O previsível bombardeio de iniciativas da sociedade que pode, no mínimo, obstaculizar seus projetos, não é a melhor saída para nós, para a Globo e para o país.

Neste quadro, podemos lidar com a hipótese - obviamente não exclusiva - de que podemos marchar para uma cooperação com uma Globo que, ao invés de privilégios no varejo, disponha-se a buscar uma legitimidade no atacado e a aceitação e o reconhecimento de toda sociedade. Ou seja, seus projetos empresariais podem ser viabilizados com nossa presença no Governo. O fundador, Roberto Marinho, que sempre encarou a Globo como um instrumento partidário, a serviço exclusivo dos seus interesses particulares, em outra conjuntura, talvez não desse margem alguma para esta hipótese. Sua idade avançada, uma predisposição para encerrar sua obra com "chave de ouro" e a progressiva transferência do comando das empresas para os filhos, talvez criem a situação em que a Globo possa abdicar da condição de partido e aceite atuar apenas ou predominantemente como empresa. Para o país, isto pode ser algo grandioso: ter a Globo a seu serviço.

Estamos conduzindo este raciocínio referenciados na nossa (da FENAJ/Fórum) abordagem programática, que equaciona relações do tipo como a que foi esboçado com a Globo. Pode parecer pretensioso, mas com esta abordagem programática, acreditamos que não estamos apenas superando o dogmatismo e o utilitarismo. Estamos, isto sim, tendo a pretensão de estar aplicando uma nova estratégia revolucionária e, por isto, sem nenhum temor de estar capitulando ou assumir uma atitude reformista. Ao contrário, acreditamos que, com este enfoque estratégico, é possível protagonizar um papel impulsionador de transformações revolucionárias. Não temos condições de aqui esmiuçar estes argumentos. Mas, por ora, estamos convictos, política e tecnicamente, de que isto é possível.

A reunião com os dirigentes da Globo autoriza a prosseguir na hipótese de que o governo do PT pode ser um dos grande agentes de promoção desta partilha do poder da Globo com a sociedade.

Mesmo que o poderio da Globo impressione, não cremos que este grupo esteja disposto a pagar o preço de enfrentar uma luta de vida ou morte, uma "guerra santa" anti-Globo. Aliás, em alguma medida a Globo já está sujeita a esta ameaça. Além das reações crescentes de setores organizados da sociedade civil, os dois principais agentes de uma cruzada anti-Globo (setores das Forças Armadas e da Igreja) já lhe apresentam forte resistência. Estivemos, no ano passado, num seminário na Escola Superior de Guerra e ficamos impressionados com o "espírito crítico" em relação à Globo. Na Igreja, apesar da corte que, ultimamente, a Globo vem lhe fazendo, as restrições não são pequenas.

No encontro aqui referido, ainda que de forma elegante, os dirigente da Globo nos disseram, diversas vezes, ainda que de forma indireta, que não estávamos conversando "apenas com uma empresa", mas com a Rede Globo. Vários sinais foram dados de que o grupo está atuando com base

num projeto de alcance estratégico. O Evandro chegou a falar em planos para subsistir por 30 anos! Isto é, por mais uma geração.

Sabemos que estes dirigentes da Globo com quem conversamos têm respaldo dos "acionistas" (é o eufemismo com que eles se referem aos Marinho) mas refletem, sobretudo, a presença da nova geração, a dos filhos do empresário Roberto Marinho. Estes dirigentes já são a nova burocracia da Globo. Há uma luta surda, mas muito dura, no interior da Globo. A velha burocracia está sendo afastada ou neutralizada, embora resistam. (A propósito das transformações do Globo, ver matéria na Veja, edição 1348, de 13/7/94, p. 88, registrando o afastamento dos superintendentes Antônio Carlos Yazeji e Miguel Pires Gonçalves, filho do ex-ministro do Exército).

Seja uma grande armação, ou não, os "diplomatas" que eles enviaram para a missão são pessoas convictas do seu papel renovador e reorientador de rumos na Globo. No caso do Antônio Athayde, isto ficou patente na negociação da TV a Cabo. Trata-se de uma pessoa séria, em busca de objetivos transcendentais.

Sem deixar de ficar com um pé atrás e sem deixar de ter um plano de contingência, no caso de tratar-se de uma "armação", podemos lidar seriamente com a hipótese de que eles estão buscando bases programáticas para um acordo.

Neste caso, temos que nos preparar para ir além do que o Oded Grajew nos referiu, antes do início da reunião, explicando seu motivo: um encontro para que eles "se acalmem". Isto é muito diante da dimensão das responsabilidades que o PT terá de enfrentar se assumir o governo, e também diante do porte e da importância dos interlocutores. Ou seja, temos que deixar de tratar a relação com a Globo no plano tático e nos preparar para definições no plano estratégico.

### 3. OS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E A GLOBO NO CONTEXTO DAS PRETENSÕES DO PARTIDO

Sem pretender resolver aqui o polêmico problema da elaboração programática do partido, com certeza podemos excluir a configuração do nosso governo como um governo que se estruturará "contra" algo, com um dogmatismo sem sentido. Por outro lado, parecem crescer os anticorpos políticos para evitar que, reduzindo nosso governo a posições supostamente realistas e, sem dúvida, utilitárias, assumamos uma subserviência dócil aos interesses dominantes e nos tornemos apenas o "partido do seguro social da burguesia".

Neste quadro, aqui simplificado por exclusão, podemos identificar como objetivos mínimos para um governo do PT a solução de debilidades crônicas da infra-estrutura e atendimento social do país. Ocorre que isto também corresponde a necessidades de desenvolvimento do mercado, necessárias para a requalificação e aumento da condição de competitividade do país.

Isto é, podemos identificar necessidades objetivas do capitalismo - como a reestruturação da infra-estrutura de saúde, educação e habitação - com projetos justificáveis do ponto de vista humano. Diversos destes componentes civilizatórios, em alguma medida, foram resolvidos, há não muito tempo, por diversos países hoje tidos como referências atuais de desenvolvimento, como o Japão, os tigres asiáticos e a Austrália. Estamos falando de problemas críticos do país que também são problemas para o capitalismo e não são inevitáveis.

Esse é o ponto de contato com a objetividade do mercado e do capitalismo no qual podemos embasar e viabilizar politicamente programas como os de reforma agrária, reformas do Estado e institucionais, melhoria do nível de renda, solução dos problemas da previdência do déficit público e do ajuste fiscal. São programas, entre outros, que não se darão isentos de conflito, mas que podem produzir uma ampla base de consenso e possibilitar bases de cooperação com o empresariado. Nossas bem sucedidas experiências em algumas Prefeituras mostram como isto é possível e necessário.

A solução para estes e outros problemas críticos do país, entretanto, não alcançada através de um mero esforço administrativo de racionalização das relações e do papel do Estado. Para isso é necessário mobilizar politicamente os agentes, inclusive os antagonistas, suscitar vontades e conformar novas bases de consenso. Tudo indica que a construção de um novo consenso, qualificado e não passivo, como o atual, será um processo muito conflituoso.

A opção estratégica de construir um consenso qualificado implica num esforço político para conter os elementos regressivos do status quo. Isso envolve a administração política de confronto com setores da sociedade e do Estado.

As melhores possibilidades de um governo do PT se darão com a estratégia no posto de comando e com esforço para delimitar os conflitos, localizá-los, isolá-los, impedir que estes resultem na constituição de um bloco dos adversários, o que só adquire sentido a partir de um projeto nacional novo, com uma correspondente política de alianças e respectiva definição de objetivos estratégicos.

A área das comunicações é estratégica em dois sentidos. Em primeiro lugar, num sentido cultural, pela sua importância objetiva e subjetiva na conformação das relações sociais na contemporaneidade e pela sua capacidade de alavancagem de um processo civilizatório correspondente às mudanças perseguidas. Em segundo lugar, num sentido político, porque a área das comunicações não pode ser um espaço onde se buscará o confronto, por termos áreas mais críticas a atacar.

Isto não significa capitular ao status quo. Ao contrário, significa que devemos exercitar na áreas das comunicações gestos ousados e criar condições privilegiadas para o exercício das novas relações entre o Estado, a sociedade e o setor privado.

No que se refere à Globo isto significa optar entre buscar a cooperação desta gigantesca força material ou permanecer indiferente ao seu destino (mas provavelmente sofrendo os seus efeitos) ou, pior ainda, tomar a iniciativa para expedições punitivas a partir de constatações sobre o seu passado.

Defendemos a hipótese de que é possível o estabelecimento de bases cooperativas a partir das relações com a Globo. Porque se está hipótese não for correta ou as manobras não forem bem sucedidas, teremos a governabilidade previamente abalada e então se configurará o cenário, no qual teremos de travar uma luta de vida ou de morte. Esta, sem dúvida, é a última e a pior das opções. Temos munição para isso, e a arregimentação de forças para uma "guerra santa" contra a Globo é bastante viável. Mas o desgaste, para um partido que deseja produzir as transformações estruturais que necessitamos implementar, talvez seja um esforço insuportável.

Nossa proposta, portanto, longe de capitular ou assumir uma atitude dócil, é propor bases de acordo que são plenamente justificáveis do ponto de vista político e moral e, aproveitando a oportunidade de processo de transição dentro da própria Globo, lançar as bases que definam - sem esquecer ou "apagar" o passado - as relações "daqui para a frente". Este equacionamento das relações se daria com a introdução de transformações revolucionárias nas práticas e nas relações dos sistemas de comunicações com a sociedade e com o Estado. Temos certeza de que as nossas exigências são suportáveis, e a nossa "moeda de troca política", que é a possibilidade de conferir legitimidade a estes sistemas, é valiosa. Muito mais do um "negócio", estaríamos implementando um processo civilizador e humanizador das relações que seriam estabelecidas entre estes e o Estado e a sociedade. Os sistemas de comunicação assim seriam mobilizados para cumprir o papel - com óbvio destaque para a Globo - de instituições especializadas na mediatização da cultura e da subjetividade, orientadas não por opções particulares de seus proprietários, mas como resultado de um processo permanente e sistemático de interlocução com a sociedade e o Estado. Isto é, com o estabelecimento de novas relações que atribuam à sociedade e ao Estado, condições legítimas e democráticas de controle sobre os principais meios de produção de cultura.

#### 4. REGISTRO DE ASPECTOS DA REUNIÃO

A seguir, relacionaremos alguns tópicos que mostram os sinais de que pode haver esta disposição da parte deles para uma negociação efetiva em bases estratégicas. Reafirmamos que a qualidade dos "emissários" enviados, ajuda a dar credibilidade a esta hipótese.

Os tópicos abaixo referidos surgiram de forma sutil ou explícita, durante a reunião. Todos exigem esclarecimentos e uma aferição, por via direta ou indireta, se correspondem, efetivamente, à vontade deles, ou se podem vir a corresponder:

1. Admitiu-se o uso de merchandising sobre, por exemplo, assuntos de saúde, nas novelas. Até agora a Globo apenas se ofereceu para "vender" isso. Aliás, atualmente está vendendo merchandising turístico nas novelas, como o fez para Curitiba e está fazendo para o Ceará. Partilhar este tipo de compromisso com a sociedade exige uma relação desenvolvida. Nós temos propostas para institucionalizar este tipo de relação e possibilitar a orientação do conteúdo da programação a partir de uma interligação com a sociedade.

2. Falou-se da necessidade de políticas públicas para orientar projetos educativos e, também, ativar a produção. Em diversas oportunidades, ao contrário do usual discurso da desregulamentação, surgiram posicionamentos receptivos à existência de políticas públicas para a área das comunicações. Esta disposição pode revelar receptividade para a nossa proposta de transformar o Ministério das Comunicações em algo mais do que um "Ministério das Telecomunicações". Pretendemos um verdadeiro Ministério das Comunicações que incida sobre toda a mídia e articule todo tipo de política pública e ação institucional que diga respeito à esta área.

3. Referiu-se a expectativa de massificação de serviços como o de TV a Cabo. Isto é, eles demonstraram abertura para impulso artificiais que vão além da espontaneidade do mercado. Isto pode ser alcançado por políticas públicas que, além das meras possibilidade de mercado, impulsionem um papel socialmente relevante para os sistemas de comunicações.

4. Pautou-se o grave problema da fragmentação cultural e política provocada pela ultra-segmentação da comunicação e o sentido desagregador que isto pode tomar. Em contrapartida, referiu-se o papel de integração nacional cumprido pela Globo no Brasil.
5. Eles mostraram preocupações com a regionalização da produção e a formação de recursos humanos para impulsionar um desenvolvimento em larga escala dos sistemas de produção. Temos boas respostas para estas questões.
6. Eles enfatizaram, sobremaneira, a necessidade de que incrementemos o software, a programação, a produção, partindo do princípio de que os meios de distribuição ou já existem, ou são secundários. Concordamos com eles, inclusive no que diz respeito à necessidade de se incrementar a concorrência da produção nacional com a produção estrangeira.
7. Pautou-se o problema da penetração em larga escala da produção estrangeira e da globalização dos mercados.
8. Ressaltou-se a necessidade de uma reestruturação do mercado e do arcabouço legal do ambiente em que atuam os sistemas de comunicações. Foi muito salutar que se tenha admitido a inexistência de um modelo acabado e da possibilidade e necessidade de desenvolver um modelo original no Brasil. Conseguiu-se isto na negociação da regulamentação da TV a Cabo.
9. É positiva a referência à importância mundial do Brasil na área das comunicações, seja como o maior mercado mundial virgem para algumas das novas tecnologias (TV a Cabo e MMDS, por exemplo) seja pela qualidade dos seus produtos e sua já testada vocação exportadora de programas.
10. Referiu-se diversas vezes ao papel que um "governo sério" e "visão abrangente" poderia ter para organizar o caos, a "bagunça", a "desordem" atual da área que, segundo eles, lhes penaliza mais do que a qualquer outra empresa.
11. Em diversas oportunidades, eles ressaltaram a importância do papel cumprido pela Globo e deram a entender que a Globo se dispunha a continuar cumprindo um papel importante.

## NOVA REUNIÃO

Todos estes tópicos, segundo entendemos são auspiciosamente convergentes com a nossa abordagem programática. Não foi possível, em relação a cada um dos tópicos, checar a consistência da intenção deles. É importante, portanto, a continuidade da reunião e dessa checagem.

Aliás, infelizmente, faltou tempo e a reunião encerrou quando o momento mais importante havia chegado e quando o Evandro iria "interpretar" a atual situação do mercado e examinar situações regionais e a correlação de forças na qual a Globo está inserida.

Esta seria a grande novidade da reunião. A manifesta disposição deles para prosseguir tem que ser aproveitada. Até ali, não havia surgido nada novo. Aliás, é interessante ressaltar que, em negociações como a da TV a Cabo, temos conseguido lidar em pé de igualdade com eles. Hoje contamos com uma equipe que, com suas limitações, tem conseguido coletar dados e desenvolver uma capacidade de análise da situação nacional e internacional que, em certa medida, rivaliza com

a deles, apesar da desproporção de forças e recursos. Na palestra do Evandro, entretanto, é que eles fariam o "desnudamento político". Portanto, precisamos urgentemente do prosseguimento desta reunião.

## PRÓXIMOS PASSOS

Aferida a disposição deles sobre até onde querem chegar, temos que escolher se nos dispomos a balizar as relações no plano estratégico ou continuaremos a agir simplesmente no plano tático.

Creemos que deveríamos optar pelo balizamento estratégico. Se o partido tivesse uma posição coesa e uniforme, o ideal seria lançar diretamente as bases programáticas para testar as possibilidades de uma negociação de compromisso.

Não sendo assim, podemos pensar em fazer isso de forma indireta. Coincidentemente, através da FENAJ e do Fórum, nos próximas semanas estaremos abrindo a discussão de um programa para a área da comunicação no Brasil. Uma ambigüidade nas relações - o seu sentido "anfíbio", por assim dizer, um pouco no PT e um pouco na sociedade civil - poderia possibilitar este tipo de manobra.

Neste último caso, talvez pudéssemos conduzir de forma aceitável um processo de interlocução e negociação mais ou menos tácita, talvez até o momento de composição do governo, caso sejamos vitoriosos.

Mas, sem dúvida, poderíamos ter reflexos muito importantes no processo eleitoral, caso assumíssemos, em qualquer hipótese, uma posição mais arrojada. No cenário pessimista, devemos preparar uma condição de resistência que teria de ser intensa e deveria ocorrer o mais cedo possível. No cenário otimista, caso se constate uma genuína disposição, da parte deles, para uma busca de acordo, teríamos que tentar antecipar as conseqüências de um acordo desta natureza. A importância da mídia no processo eleitoral justifica isto. A importância da mídia para a governabilidade, também. Além da relativa neutralidade, prometida por eles que, até agora, parece estar sendo cumprida, uma bem sucedida manobra neste campo espalharia seus efeitos pelo país e produziria, muito especialmente, importantes decorrências no plano regional.

No momento, portanto, urge um teste da consistência das hipóteses aqui apresentadas, um esforço para checar até onde eles pretendem ir. Caso o projeto deles seja o confronto, o melhor modo de aferir isto é discutindo programaticamente. A melhor maneira de preparar o enfrentamento, caso não haja outra saída é mostrar-lhes os prejuízos que podemos lhes infligir em contrapartida aos benefícios que poderíamos lhes trazer. Ou seja, até mesmo neste momento podemos demonstrar disposição para cooperar e, diante da falta de reciprocidade, obter legitimidade para o enfrentamento. Caso a disposição seja a da cooperação, entretanto, não há porque haver adiamentos e tergiversações.

Independentemente do cenário que vier a se confirmar, entretanto, precisamos ter coragem para enfrentar, dentro do partido, o dogmatismo e o utilitarismo que tendem a resultar, diante de questões como esta, na alimentação cega do confronto ou na capitulação e atitude subserviente. A opção que propomos é a da ação estratégica.

Abraços,

/d.

19/7/94